

Habituação colaborativa sénior reclama apoio em Portugal

Associação criada há um ano por grupo de amigos quer ajudar a criar espaços onde os idosos convivem e cooperam, mas no país falta regulamentação desde a arquitetura à fiscalidade

Érika Nunes
erika@jn.pt

HABITAÇÃO Ajudar a criar a regulamentação adequada para que sejam possíveis projetos de habitação colaborativa para os mais velhos é o objetivo da recém-criada associação Hac Hora, que hoje se apresenta a público com uma conferência internacional na Faculdade de Engenharia do Porto. O evento pretende divulgar o conceito e as experiências bem-sucedidas de países como a Dinamarca, onde 8% da população vive em habitação colaborativa.

“Temos um problema sério com a população sénior e só temos soluções para idosos dependentes. Os que ainda têm capacidades ficam nas suas casas, mas estão expostos à solidão e depressão decaem”, explica Nuno Cardoso, o ex-autarca da Câmara do Porto e atual presidente da Hac Ora. “Com o modelo de habitação colaborativa, os seniores ativos vivem nas suas próprias casas, mas beneficiam de equipamentos comuns e cooperam nas tarefas que entendem, de forma autónoma e com maior felicidade e bem-estar”, apontou.

Os 140 fundadores da Hac Ora entregaram à Assembleia da República, em junho passado, um conjunto de propostas para que o modelo seja considerado na Lei de Bases da Habitação. “Falta reforçar este modelo de habitação, desde a arquitetura ou ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, para que possa ser construída uma casa sem cozinha, por exemplo, até ao nível fiscal, porque resolvendo aquele que é um problema da sociedade, que vai poupar custos na saúde, deve ser incentivado”, resumiu Nuno Cardoso. Além disso, acrescentou, as autarquias podem apoiar as cooperativas de habitação colaborativa “tal como apoiaram as cooperativas de habitação, porque este é o futuro das cooperativas de habitação”.

Em Portugal, há três projetos do género: um empreendimento de 70 T1 em Oeiras que beneficia das valências do centro de dia do rés-do-chão, a aldeia de São José de Alcalá, no Algarve, e o mais recente em Águeda [ler ao lado]. ●



Rosalinda Corga vive n'Os Pioneiros onde mantém a sua autonomia e tem ajuda para o que precisa

A aldeia de idosos que dá apoio sem tirar liberdade

Projeto inovador em Águeda acolhe 17 pessoas e tem lista de espera

REPORTAGEM

ÁGUEDA É meio-dia e Rosalina Corga está sentada à porta de casa com um livro de sopa de letras. Aos 82 anos ainda não está preparada para abdicar da sua autonomia. “Gosto de fazer os meus horários e ter o meu espaço”, explica. O vizinho António Pinto, 78 anos, passa de bicicleta. Diariamente percorre quilómetros para “ir ver amigos e conviver no café”, onde joga cartas sem dar justificações. Para para falar com outro vizinho, António Jesus, 80 anos, sentado na cadeira de rodas, à porta da sua casa. A mulher de António, que já sofreu um AVC, saiu para o centro de dia, enquanto ele aproveitou para fazer quadros.

São assim os dias naquela espécie de “aldeia sénior”, um conjun-

to de dez casas pré-fabricadas com quarto, casa de banho e cozinha, habitadas por 17 idosos. As habitações estão dispostas num espaço ajardinado, junto à instituição social Os Pioneiros, em Mourisca do Vouga, Águeda, que lhes presta serviços de limpeza, prepara as refeições se não quiserem cozinhar e dá assistência caso haja alguma emergência, seja de dia ou de noite. Para isso, basta pegar no telefone da casa e ligar à instituição, a poucos passos de distância.

Nenhum dos vizinhos se imagina num “lar convencional” e todos pretendem ficar ali enquanto puderem, garantem. Elogiam o formato inovador, que lhes dá “conforto e apoio” sem tirar “liberdade e autonomia”. Há quem

more com o conjugue, quem prefira estar sozinho e quem descubra novos amigos nos colegas de casa.

A ideia surgiu há cerca de oito anos, depois de um idoso ter pedido para instalar ao lado da instituição uma pequena casa para morar. A ideia cresceu e, agora, a lista de espera “é enorme”, diz José Carlos Arede, presidente d’“Os Pioneiros”, que gostaria de ter apoio para construir mais casas. O modelo esbarra na legislação. “O Estado não reconhece estas casas como residência social e não há financiamento”, lamenta. Por isso, a instituição faz “ginástica orgamental” para adequar o valor das “rendas” aos rendimentos de cada um dos reformados. Uns pagam 130 euros, outros mais de 500. ● ZULAY COSTA

Governo regula Ensino Superior à distância para formar 50 mil

Objetivo é triplicar oferta da Universidade Aberta. Projeto em discussão pública

EDUCAÇÃO O Governo aprovou em Conselho de Ministros um projeto de decreto-lei que regula o Ensino Superior à distância. O objetivo, segundo a tutela, é “formar pelo menos 50 mil adultos até 2030, triplicando a capacidade da oferta da Universidade Aberta em articulação com outras instituições de Ensino Superior públicas”. Para o efeito, pretende-se criar uma “plataforma conjunta de ensino à distância”. O documento entrará agora em discussão pública.

O novo regime legal surge na sequência da última avaliação da OCDE ao sistema de Ensino Superior feita precisamente há um ano e que é hoje analisada numa conferência em Lisboa. Para o Ministério da Ciência e Ensino Superior, o projeto de decreto-lei “vem cobrir um vazilo legal e definir os critérios de qualidade que deverão ser usados para avaliação e acreditação de ciclos de estudos”.

MENOS BOLSAS PÓS-DOC

Também ontem, foram aprovados os termos para a revisão do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica com foco no combate à precariedade. Nesse sentido, as bolsas de pós-doutoramento serão mais curtas e a sua atribuição mais limitada, “destinando-se exclusivamente para efeitos de formação pós-doutoral”. O contrato de trabalho, sublinha a tutela, será o “regime regra nas relações entre investigadores doutorados e instituições em que estão integrados”. Por último, foi aprovada a Lei da Ciência, que revê o regime jurídico aplicado às instituições que se dedicam à investigação em Portugal. Com o ministério a admitir a “eventual criação de outras agências de avaliação para o financiamento em temáticas próprias, tais como a investigação clínica e a inovação biomédica ou a inovação espacial”.

Na conferência de imprensa após o Conselho de Ministros, Manuel Heitor deixou claro que “urge acelerar o processo de convergência europeia, sobretudo nas condições de emprego científico em Portugal”. O objetivo, disse, é “reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional”. ● JOANA AMORIM